



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR FREDERICO DAMACENA RIBEIRO SANÇÃO

REQUERIMENTO Nº 63/2025

REQUER AO PRESIDENTE DA MESA DIRETORA O ENVIO DE OFÍCIO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS (SEMOB), O ENVIO DO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA DE PARAUAPEBAS A ESTA CASA LEGISLATIVA.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras.

Requeiro ao Presidente da Mesa Diretora, nos termos do artigo 202, e seguintes do Regimento Interno, depois de cumprido o rito regimental e ouvido o Soberano Plenário desta Casa, encaminhe-se ofício ao **Exmo. Sr. Aurélio Ramos de Oliveira Neto**, Prefeito Municipal com este requerimento, solicitando que o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), **envie a esta Casa Legislativa cópia do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Parauapebas**, elaborado com base na legislação federal vigente, especialmente a Lei nº 12.587/2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana e A Lei Municipal nº 5.368/2023.

JUSTIFICATIVA

O crescimento acelerado de Parauapebas nas últimas décadas, aliado ao aumento da frota de veículos, à expansão de bairros e à intensificação das atividades econômicas, exige ações planejadas e eficazes no que se refere à organização do trânsito, transporte público, acessibilidade e circulação de pessoas e bens.

A ausência de um plano estruturado de mobilidade urbana tem ocasionado diversos



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR FREDERICO DAMACENA RIBEIRO SANÇÃO

problemas cotidianos, como congestionamentos, falta de sinalização adequada, dificuldades para pedestres e ciclistas, escassez de calçadas padronizadas, transporte coletivo sobrecarregado e insegurança viária.

A disponibilização do Plano Municipal de Mobilidade Urbana permitirá à Câmara Municipal:

- Conhecer e acompanhar as ações planejadas pelo Executivo;
- Verificar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.587/2012 e a Lei nº 5.368/2023;
- Avaliar a integração entre os diferentes modais de transporte;
- Promover o debate com a sociedade civil sobre a efetividade e implementação das medidas propostas;
- Fiscalizar a aplicação de recursos públicos voltados à mobilidade urbana.

Ressalte-se que municípios com mais de 20 mil habitantes estão obrigados por lei a elaborar tal plano, sendo inclusive pré-requisito para o acesso a recursos federais destinados à área da mobilidade urbana.

Diante do exposto, e considerando a relevância da matéria, submeto este requerimento à apreciação e **aprovação** do Soberano Plenário desta Casa Legislativa, confiando que será acolhida por seus pares, em consonância com o interesse público e coletivo da população.

Parauapebas, 31 de março de 2025.

FREDERICO DAMACENA RIBEIRO SANÇÃO

Vereador – Partido Liberal